

Mais importante do que a fome zero é a corrupção zero

A Ordem dos Advogados do Brasil, contando com o apoio da CNBB, ABI, CUT, Ajufe e outras entidades representativas da sociedade civil, deflagrou uma campanha em favor da reforma da nossa vida política, premida pelos escândalos frequentes que, há muito, deslustram as instituições.

Conforme sustentou o maior orador de seu tempo, o cidadão que se mostra estranho ou indiferente à política é também inútil à sociedade e à República. A política não pode ser considerada uma atividade pública, devendo constituir, prioritariamente, um modo de vida.

A política contraditoriamente é, ao mesmo tempo, a mais bela, a mais feia, a mais nobre e a mais desprezível das atividades humanas, dependendo da maneira com que seja exercida e os objetivos que busque por meio dos que detêm um mandato, num país onde todo o poder se diz emanar do povo e em seu nome estar sendo exercido.

O professor Fábio Konder Comparato, no lançamento da campanha em prol da reforma de nossa vida política, desenvolveu argumentos convincentes mediante números que não podem ser contestados, pois oriundos dos registros governamentais. Em sua oração, assinalou que de 1980 até hoje a renda nacional foi reduzida de cerca de metade a menos de um terço.

Nenhum emprego foi criado nos últimos anos com remuneração acima de três salários mínimos; 64% de todos os empregos surgidos nesse período foram de um salário mínimo. A taxa de desemprego aumentou em quase 80% entre 1992 e 2004. O país conta hoje com 8 milhões de desempregados e o IBGE informa que 65% dos jovens na faixa etária de 14 a 24 anos não estudam e não trabalham.

Conforme dados do Ministério da Educação, 54% dos alunos da quarta série de ensino fundamental, em todo país, não sabem ler nem escrever, ao passo que 75% da população nacional é composta por analfabetos funcionais.

Em termos de política assistencial, o total dos dispêndios do governo federal com o programa bolsa-família, em todo o exercício financeiro de 2005, equivaleu a menos da metade do que foi pago mensalmente em relação à dívida pública.

Comparato, que é um dos maiores juristas brasileiros de renome internacional que combateu o governo Fernando Henrique Cardoso, foi incisivo em afirmar: “É muito mais fácil, e eleitoralmente compensador, pagar R\$60 por mês a cada família do que criar postos de trabalho para os dois milhões e 300 mil jovens que a cada ano ingressam no mercado”.

Os dois últimos governos federais aplicaram uma política econômica insensata e recessiva e, ao mesmo tempo, se gabam de socorrer piedosamente as famílias pobres.

Esses dados são realmente significativos e devem despertar a sociedade civil para a luta em prol de uma reforma de fundo e não aparente a comer do voto consciente nas próximas



eleições, que não deve limitar-se a cumprir uma exigência legal.

Na República Velha, o paraibano José Américo de Almeida advertia que “uma miséria maior do que morrer de fome no deserto é não ter o que comer na terra de Canaã”.

O que importa não é melhorar somente a condição do pobre, e sim suprimir a pobreza, criando condições de renda e educação, mas sem perder de vista os princípios éticos que constituem necessidade primordial de um país realmente sério. Pois, como advertiu o presidente Roberto Busato, não é mais importante que a “fome zero” é “a corrupção zero”. O combate à corrupção deveria ser a mais significativa de nossas prioridades.